

Sumário

LÍNGUA PORTUGUESA

Duda Nogueira

EDITAL SISTEMATIZADO

Cargo: Analista 47

PARTE I – ORTOGRAFIA, ACENTUAÇÃO E SEMÂNTICA

1. ORTOGRAFIA

1. Introdução.....	49
2. Em concursos.....	49
2.1. Emprego dos porquês	49
2.2. Mal e mau.....	49
2.3. Viagem e viagem.....	50
2.4. Cessão, sessão e seção (ou secção)	50
2.5. Onde e aonde	50
2.6. Se não e senão.....	50
2.7. Tão pouco e tampouco.....	50
2.8. De encontro a e ao encontro de	50
2.9. Em vez de e ao invés de	51
2.10. Acerca de, a cerca de e há cerca de.....	51
2.11. Mas e mais.....	51
2.12. A fim e afim	51
2.13. Se quer e sequer	51

2. ACENTUAÇÃO

1. Introdução.....	52
1.1. Vogal e semivogal	52
1.2. Ditongo crescente, decrescente e hiato.....	52
2. Regras de acentuação gráfica	52
2.1. Proparoxítonas: a sílaba tônica é a antepenúltima.	52
2.1.1. Proparoxítona eventual ou acidental.....	53
2.2. Paroxítonas: a sílaba tônica é a penúltima.	53
2.3. Oxítonas: a sílaba tônica é a última.	53
2.4. Monossílabas: são palavras que possuem apenas uma sílaba, ou seja, uma vogal. Acentuam-se as monossílabas tônicas - com autonomia fonética.	54
3. Acentuação dos hiatos	54
4. Acentos diferenciais.....	54

5. Regras especiais	55
6. Mudanças nas regras.....	55

3. SEMÂNTICA

1. Introdução.....	56
2. Sinônimo e antônimo	56
2.1. Sinônimo	56
2.2. Antônimo	56
3. Homônimo e parônimo.....	56
3.1. Homônimo	56
3.2. Parônimo	56
4. Polissemia	57
5. Hiponímia e hiperonímia	57
5.1. Hiponímia representa cada parte, cada item de um todo.....	57
5.2. Hiperonímia possui a ideia de um todo.....	57
6. Denotação e conotação	57
6.1. Denotação é o uso da palavra com o seu sentido original.....	57
6.2. Conotação é o uso da palavra com um significado diferente do original, criado pelo contexto. Esse sentido é usado comumente em poesias e textos literários	57
7. Ambiguidade	57
8. Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos; latinismos.....	58
8.1. Neologismo	58
8.2. Arcaísmo	59
8.3. Estrangeirismo.....	59
8.4. Latinismo.....	59

PARTE II - MORFOLOGIA

1. PROCESSOS DE FORMAÇÃO DAS PALAVRAS

1. Derivação	61
2. Composição.....	62
3. Hibridismo.....	62
4. Onomatopeia.....	62
5. Neologismos e gírias	62
6. Abreviação, Abreviatura e Sigla	63
6.1. Abreviação.....	63
6.2. Abreviatura	63
6.3. Sigla	63

2. CLASSES GRAMATICAIS VARIÁVEIS – Flexão nominal

2.1. SUBSTANTIVO

1. Definição.....	64
2. Flexão de número.....	64
2.1. Plural dos substantivos simples	64
2.2. Plural dos substantivos compostos	65

2.2. ADJETIVO

1. Definição.....	66
-------------------	----

1.1.	Locução adjetiva.....	66
2.	Flexão de número.....	66
2.1.	Plural dos adjetivos simples.....	66
2.2.	Plural dos adjetivos compostos.....	66
3.	Sugestão.....	67

2.3.ARTIGO

1.	Definição.....	67
2.	Classificação.....	67
2.1.	Artigos definidos.....	67
2.2.	Artigos indefinidos.....	67
3.	Emprego do artigo.....	67
3.1.	Não se usa o artigo definido.....	67
3.2.	Usa-se o artigo definido.....	69
3.3.	Emprego do artigo indefinido.....	69

2.4.NUMERAL

1.	Definição.....	69
2.	Classificação.....	69
2.1.	Cardinais.....	70
2.2.	Ordinais.....	70
2.3.	Multiplicativos.....	70
2.4.	Fracionários.....	70
2.5.	Coletivos.....	70
3.	Leitura dos numerais.....	70
3.	Emprego dos numerais.....	70

2.5.PRONOME

1.	Definição.....	72
2.	Classificação dos pronomes.....	72
2.1.	Pronome pessoal.....	72
2.1.1.	Emprego dos Pronomes Pessoais.....	72
2.2.	Pronomes de tratamento.....	73
2.2.1.	Em concursos.....	74
2.3.	Pronome possessivo.....	75
2.3.1.	Em Concursos.....	75
2.4.	Pronome demonstrativo.....	75
2.4.1.	Emprego do Pronome Demonstrativo.....	75
2.5.	Pronome relativo.....	76
2.5.1.	Emprego do Pronome Relativo.....	77
2.6.	Pronome indefinido.....	78
2.7.	Pronome interrogativo.....	78
3.	Colocação pronominal.....	79
3.1.	Próclise.....	79
3.2.	Mesóclise.....	79
3.3.	Ênclise.....	79
3.4.	Em locuções verbais.....	80

3.5. Pegadinhas das bancas	80
----------------------------------	----

2.6. VERBO

1. Definição	81
2. Modo verbal	81
2.1. Formas Nominais	81
3. Tempos verbais	81
3.1. Presente	81
3.2. Futuro	82
3.3. Pretérito	82
3.4. Imperativo	83
3.5. Tempos compostos	83
3.6. Pegadinhas de bancas	84
4. Correlação de tempos verbais	85
5. Voz verbal	85
5.1. Voz ativa	85
5.2. Voz passiva	85
5.2.1. Passiva analítica - ser + participio	86
5.2.2. Passiva sintética - V.T.D.(l.) + SE = V.P. (sujeito)	86
5.3. Voz Reflexiva	86

3. CLASSES GRAMATICAIS INVARIÁVEIS

3.1. ADVÉRBIO

1. Definição	87
2. Locuções adverbiais	87
2.1. Lista dos principais Advérbios, Locuções Adverbiais e Palavras Denotativas	87

3.2. PREPOSIÇÃO

1. Definição	88
2. Classificação das preposições	89
3. Relações das preposições	89

3.3. CONJUNÇÃO

1. Definição	90
2. Classificação	90
3. Coordenativas	90
4. Subordinativas	90
4.1. Integrantes	91
4.2. Adverbiais	91

3.4. INTERJEIÇÃO

1. Definição	92
2. Locução interjetiva	92
3. Classificação	92
4. Modalizadores	92

PARTE III – SINTAXE

1. ANÁLISE SINTÁTICA

1.	Frase, oração e período	93
2.	Termos essenciais da oração	93
2.1.	Sujeito	93
2.2.	Predicado.....	95
2.2.1.	Predicação verbal	95
2.2.2.	Predicativo	96
2.3.	Classificação do predicado.....	96
3.	Termos integrantes da oração.....	97
3.1.	Objeto direto.....	97
3.1.1.	Objeto direto preposicionado	97
3.1.2.	Objeto direto pleonástico	98
3.2.	Objeto indireto	98
3.2.1.	Objeto indireto pleonástico	98
3.3.	Complemento nominal.....	98
3.4.	Agente da passiva	99
4.	Termos acessórios da oração.....	99
4.1.	Adjunto adnominal.....	99
4.2.	Adjunto adverbial.....	100
4.2.1.	Classificação do adjunto adverbial	100
4.3.	Aposto	101
4.3.1.	Classificação do aposto.....	102
5.	Vocativo.....	102
2.	PERÍODO COMPOSTO	
2.1.	Coordenação.....	103
2.1.1	Assindéticas.....	103
2.1.2.	Sindéticas.....	103
2.2.	Subordinação	104
2.2.1.	Subordinada substantiva	104
2.2.2.	Subordinada adjetiva.....	105
2.2.3	Funções sintáticas do pronome relativo.....	106
2.2.4.	Subordinada adverbial	107
2.3.	Orações reduzidas.....	108
3.	CONCORDÂNCIA	
3.1.	Concordância verbal	109
3.2.	Concordância nominal	113
4.	REGÊNCIA	
4.1.	Regência verbal.....	115
4.2.	Regência nominal.....	118
5.	CRASE	
5.1.	Regra geral.....	118
5.2.	Casos em que sempre haverá crase diante de palavras femininas – Substitua sempre por uma masculina	119
5.3.	Diante de nomes de lugar	119
5.4.	Diante de pronome demonstrativo	120

5.5.	Com pronome relativo.....	120
5.6.	Com pronome demonstrativo.....	121
5.7.	Antes da palavra distância	121
5.8.	Crase facultativa.....	121
5.9.	Não se usa crase.....	121

6. PONTUAÇÃO

1.	Vírgula.....	122
1.1.	Vírgula no interior da oração.....	122
1.2.	Vírgula entre as orações	123
2.	Ponto e vírgula.....	124
3.	Dois-pontos	124
4.	Ponto final	125
5.	Ponto de interrogação	125
6.	Ponto de exclamação	125
7.	Reticências	125
8.	Parênteses	126
9.	Travessão	126
10.	Aspas	126
11.	Colchetes	126
12.	Asterisco.....	126

PARTE IV – COESÃO, COERÊNCIA E REESCRITA DE FRASES

1.	Coesão, coerência e reescrita de frases	127
1.1.	Tipos de coesão textual.....	127
1.2.	Paráfrase	129
1.3.	Perífrase.....	129
1.4.	Tipos de incoerência.....	130
2.	As palavras que, se e como	130
2.1.	A palavra QUE	130
2.2.	A palavra SE	131
2.3.	A palavra COMO.....	132

PARTE V - INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO TEXTUAL

1.	Interpretação e compreensão textual.....	133
1.1.	Tipologia textual	134
1.2.	Gêneros textuais	135
1.3.	Argumentação.....	136
1.3.1.	Argumentação por citação	136
1.3.2.	Argumentação por comprovação	136
1.3.3.	Argumentação por raciocínio lógico	137
1.4.	Pressupostos e subentendidos.....	137
1.4.1.	Pressupostos	138
1.4.2.	Subentendidos.....	138
1.5.	Discurso direto, indireto e indireto livre.....	139
1.6.	Funções da linguagem	140
1.7.	Elementos dos atos de comunicação.....	140

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

Tiago Aníbal

1. Desenvolvimento Sustentável	147
2. Constituição Federal de 1988	148
3. Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)	148
4. Política Nacional sobre Mudanças do Clima (Lei nº 12.187/2009)	150
5. Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010)	150
6. Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998)	150
7. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei nº 9.985/2000)	151
8. Lei da cooperação federativa em matéria ambiental (Lei Complementar nº 140/2011)	152

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

Paulo Lépure

1. História dos direitos humanos	155
2. Teoria, conceitos e elementos dos direitos humanos	157
3. Declarações e tratados internacionais	159
4. Política nacional de direitos humanos	177

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Borges

1. Conceitos básicos em administração: eficiência, eficácia, efetividade, qualidade; papéis do administrador	181
2. Organização: princípios de organização; tipos de estrutura organizacional; departamentalização; centralização e descentralização	182
3. Funções da administração: planejamento, organização, direção e controle	186
4. Planejamento: princípios e conceitos básicos, níveis estratégico, tático e operacional	187
5. Gestão de processos: conceitos, fundamentos, técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos	191
6. Gestão por competências: competências organizacionais, coletivas e individuais; desenvolvimento de competências	194
7. Comportamento organizacional: liderança; motivação; atitudes e satisfação no trabalho; trabalho em equipe; comunicação; cultura organizacional	197
8. Administração Pública: definição; evolução dos modelos da administração pública (patrimonialista, burocrática e gerencial); reformas administrativas	203
9. Transformação Digital na Administração Pública	207
10. Tecnologia no contexto jurídico. Automação do processo. Inteligência Artificial. Blockchain e Algoritmos	209
11. Resolução CNMP nº 276/2023 – Dispõe sobre a Política Nacional do Ministério Público Digital – MP Digital	213

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Plínio Rocha

1. LEI COMPLEMENTAR Nº 75/1993	224
2. CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). 2.1 COMPOSIÇÃO. 2.2 ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS	258
SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIAS APLICÁVEIS	258

1. Princípios, garantias, vedações e prerrogativas dos membros do mpu/estrutura e organização do ministério público	258
2. Regulamento de carreira (membros do mpu e servidores públicos)	260
DICAS.....	261
1. Organização do MPU e do CNMP	261
2. Princípios, garantias, vedações e prerrogativas dos membros do MPU	262
3. Funções institucionais do MPU	263
2. Lei 13.316/2016	264
3. Portaria nº 98, de 12 de setembro de 2017	271
4. Portaria PGR/MPU no 247/2023	274

DIREITO CONSTITUCIONAL

Paulo Lépure

1. Constitucionalismo.....	280
1.1. Conceito.....	280
1.2. Etapas ou ciclos constitucionais.....	280
1.2.1. Constitucionalismo Primitivo (aproximadamente de 30.000 a. C. até 1.000 a. c).....	280
1.2.2. Constitucionalismo Antigo (aproximadamente de 1.000 a.c. ao Séc. V d.c.)	280
1.2.3. Constitucionalismo Medieval (Séc. V a XVIII).....	280
1.2.4. Constitucionalismo Moderno (Séc. XVIII a Séc. XX)	280
1.2.5. Constitucionalismo Contemporâneo (Séc. XX a Séc. XXI):	280
1.2.6. Neoconstitucionalismo (Séc. XX e Séc. XXI).....	281
1.3. Outros modelos de constitucionalismo	281
1.3.1. Constitucionalismo social	281
1.3.2. Constitucionalismo transnacional	281
1.3.3. Constitucionalismo global	281
1.3.4. Transconstitucionalismo.....	282
1.3.5. Constitucionalismo popular.....	282
1.3.6. Constitucionalismo democrático	282
1.4. Constitucionalismo brasileiro/história das constituições do Brasil	282
1.5. Concepções de Constituição.....	283
1.6. Supremacia Constitucional	284
1.7. Classificação ou tipologia das constituições	284
1.7.1. Quanto à Origem.....	284
1.7.2. Quanto ao Conteúdo	285
1.7.3. Quanto à Forma	285
1.7.4. Quanto à Estabilidade	285
1.7.5. Quanto à Extensão.....	286
1.7.6. Quanto à Finalidade	286
1.7.7. Quanto ao Modo de Elaboração	286
1.7.8. Quanto à Ideologia	286
1.7.9. Quanto ao Valor ou Ontologia (Karl Loewenstein)	287
1.8. Classificação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	287
1.8.1. Componentes da constituição federal de 1988.....	287
1.9. Elementos das Constituições	288

1.10.	Bloco de Constitucionalidade	289
1.11.	Normas, Postulados Normativos, Princípio e Regras	289
1.12.	Existência, validade e eficácia das normas constitucionais.....	289
1.13.	Classificação das Normas Constitucionais quanto à Eficácia.....	290
1.14.	Classificação das normas materialmente constitucionais (segundo Luís Roberto Barroso).....	291
1.15.	Eficácia dos princípios constitucionais (segundo Luís Roberto Barroso)	291
1.16.	Métodos de Interpretação Constitucional	291
1.17.	Leitura Moral da Constituição	293
1.18.	Princípios de Interpretação Constitucional.....	293
1.18.1.	Princípios Enunciados por Canotilho.....	293
1.18.2.	Outros Princípios	294
1.19.	Classificação dos princípios constitucionais segundo José Afonso da Silva.....	295
1.20.	Filosofia Constitucional.....	295
II. PODER CONSTITUINTE		
1.	Poder Constituinte	297
1.1.	Espécies de poder constituinte	297
1.2.	Limitações ao Poder Constituinte Derivado	298
2.	Direito constitucional intertemporal.....	300
III. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS		
1.	Teoria geral dos direitos fundamentais	301
2.	Direitos e deveres individuais e coletivos.....	306
3.	Ações ou remédios constitucionais	317
3.1.	Habeas Corpus.....	317
3.2.	Mandado de Segurança	318
3.3.	Mandado de Segurança Coletivo	320
3.4.	Habeas Data	320
3.5.	Mandado de Injunção.....	321
3.6.	Ação Popular	322
4.	Direitos sociais	325
5.	Direitos da nacionalidade.....	329
5.1.	Brasileiros natos	329
5.2.	Brasileiros naturalizados	330
5.3.	Cargos privativos de brasileiros natos	330
5.4.	Perda da nacionalidade.....	331
5.5.	Medidas de exclusão do território nacional.....	331
5.6.	Extradição.....	333
5.7.	Idioma oficial.....	334
6.	Direitos políticos e sistemas eleitorais	334
6.1.	Conceitos Fundamentais	334
6.2.	Capacidade eleitoral passiva	335
6.3.	Alistamento e voto	335
6.4.	Condições de elegibilidade	335
6.5.	Sistemas eleitorais.....	336
6.6.	Inelegibilidade reflexa	337

6.7.	Elegibilidade do militar	338
6.8.	Hipóteses de inelegibilidade.....	338
6.9.	Impugnação do mandato eletivo.....	339
6.10.	Partidos políticos	339

IV. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

1.	Disposições gerais	342
2.	Intervenção	345
3.	Entes federados e distribuição de competências	346
3.1.	Competência da união	347
3.2.	Competência dos estados e competência concorrente.....	350
3.3.	Competência dos municípios	353

V. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1.	Administração pública	355
1.1.	Estruturas básicas e princípios constitucionais	355
1.2.	Servidores públicos	356

VI. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

1.	Princípios fundamentais	365
1.1.	Fundamentos da República	365
1.2.	Federalismo	366
1.3.	Princípio democrático.....	367
1.4.	Poderes da União.....	367
1.5.	Objetivos fundamentais.....	367
1.6.	Relações Internacionais.....	367
1.7.	Preceitos fundamentais.....	367
2.	Separação dos poderes	368
2.1.	Poder Legislativo	368
2.1.1.	Imunidades.....	370
2.1.2.	Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI.....	372
2.1.3.	Tribunal de Contas.....	374
2.1.4.	Processo Legislativo	376
2.2.	Poder Executivo	381
2.3.	Poder Judiciário.....	386
2.3.1.	Conselho Nacional de Justiça – CNJ.....	395
2.3.2.	Precedentes e súmula vinculante	396
3.	Funções essenciais à justiça.....	397
3.1.	Ministério Público.....	397
3.2.	Advocacia Pública	404
3.3.	Advocacia	405
3.4.	Defensoria Pública	405

VII. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1.	Conceito.....	406
2.	Bloco de constitucionalidade.....	406
3.	Evolução do controle de constitucionalidade no Brasil	407
4.	Formas de inconstitucionalidade	408

4.1.	Controle prévio ou preventivo	408
4.2.	Controle posterior ou repressivo	408
4.3.	Controle jurisdicional	409
4.3.1.	Controle difuso	410
4.3.2.	Controle concentrado	414
4.3.2.1.	ADI	419
4.3.2.2.	ADC	424
4.3.2.3.	ADI por omissão	425
4.3.2.4.	ADI interventiva	425
4.3.2.5.	ADPF	425
4.4.	Controle concentrado estadual	427
4.5.	Reclamação Constitucional	428
4.6.	Hermenêutica no controle de constitucionalidade	429
4.7.	Técnicas de decisões no direito comparado e o controle de constitucionalidade	430

VIII. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

1.	Estado de defesa	430
2.	Estado de sítio	431
3.	Forças armadas e segurança pública	431
1.	Disposições gerais	432
2.	Princípios	433
3.	Orçamento	434

X. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

1.	Princípios da ordem econômica	436
2.	Exploração de atividades econômicas pelo estado	437
3.	Política urbana	437
4.	Política agrícola e fundiária e da reforma agrária	438
5.	Sistema financeiro nacional	438

XI. ORDEM SOCIAL

1.	Seguridade social	439
2.	Educação	442
3.	Cultura	444
4.	Meio ambiente	445
5.	Família, criança, adolescente, jovem e idoso	446
6.	Índios	447

DIREITO ADMINISTRATIVO

Leandro Bortoleto

1.	Princípios de Direito Administrativo	452
2.	Atos Administrativos	457
3.	Poderes administrativos	465
4.	Organização Administrativa. Administração Direta e Indireta. Agências reguladoras. Lei nº 11.107/2005 e suas alterações. Entidades do Terceiro Setor. Parcerias Voluntárias: Lei nº 13.019/2014 e suas alterações	469
5.	Contratos Administrativos. Licitações e Contratos. Lei nº 14.133/2021 e suas alterações	482

6.	Processo administrativo. Lei nº 9.784/1999 e suas alterações.....	502
7.	Agentes públicos e servidores públicos.....	504
8.	Lei nº 8.112/1990 e suas alterações. Regime Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.....	516
9.	Intervenção do Estado na propriedade.....	526
10.	Bens públicos.....	532
11.	Serviços públicos. Parcerias Público-Privadas.....	541
12.	Responsabilidade civil do Estado.....	552
13.	Controle da Administração Pública. Conselho Nacional do Ministério Público. Tribunais de Contas. Mandado de segurança. Mandado de segurança coletivo. Ação civil pública e ação popular. Ações coletivas.....	556
14.	Improbidade Administrativa.....	567
15.	Lei nº 12.846/2013 e suas alterações (Lei Anticorrupção).....	576
16.	Intervenção do Estado no Domínio Econômico. Atividade regulatória da Administração Pública. Competência regulatória.....	580
17.	Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal).....	585
18.	Lei nº 12.527/2011 e suas alterações (Lei de Acesso à Informação).....	590
19.	Lei nº 13.709/2018 e suas alterações (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).....	594

DIREITO CIVIL

Plínio Moura

II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO.....	600
--	------------

CAPÍTULO 1. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (LINDB)

1.1.	Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.....	600
1.1.1.	Início da Vigência e Obrigatoriedade da Lei.....	600
1.1.2.	Fim da Vigência da Lei.....	601
1.1.3.	Aplicação e Interpretação da Lei.....	602
1.1.4.	Integração da Lei.....	603
1.2.	Conflito das leis no tempo.....	605
1.2.1.	Retroatividade e Segurança Jurídica.....	605
1.2.2.	Ultratividade das Leis.....	607
1.2.3.	Antinomias ou Conflito Aparente de Normas ou Lacunas de Colisão.....	607
1.3.	Eficácia das leis no espaço.....	608
1.4.	Novas regras da LINDB sobre a Segurança Jurídica – Lei 13.655, de 25.04.18.....	609
1.4.1.	Consequencialismo.....	609
1.4.2.	Proporcionalidade e Razoabilidade na sanção dos agentes por atos administrativos de gestão.....	610
1.4.3.	Modulação de efeitos temporais e regras de transição.....	610
1.4.4.	Celebração de termos de compromisso.....	610
1.4.5.	Responsabilidade Administrativa dos Agentes Públicos por Decisões de Gestão e Opiniões Técnicas.....	610
1.4.6.	Consultas Públicas e Orientações vinculantes.....	611
1.5.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.....	611

CAPÍTULO 2. PESSOAS NATURAIS

2.1.	Conceito.....	612
------	---------------	-----

2.2.	Início da Pessoa Natural. Personalidade Jurídica x Capacidade Jurídica.....	612
2.2.1.	Início da Personalidade Jurídica e da Existência Humana – Teorias Históricas e Regra Geral.....	612
2.2.2.	Interpretação do Art. 2º e os direitos do nascituro	613
2.3.	Capacidade Civil. As Incapacidades e a Emancipação	614
2.4.	Fim da Personalidade Jurídica da Pessoa Natural e Ausência.....	615
2.4.1.	Morte Real x Morte Civil.....	615
2.4.2.	Comoriência (tempo x espaço)	616
2.4.3.	Morte Presumida – Procedimentos Judiciais para a Declaração da Morte Presumida.....	616
2.4.3.1.	Procedimento de Declaração de Morte Presumida SEM prévia Decretação de Ausência	616
2.4.3.2.	Procedimento de Declaração de Morte Presumida COM prévia Decretação de Ausência	617
2.5.	Direitos da Personalidade. Nome. Teoria do Mínimo Existencial	618
2.6.	Estado	621
2.7.	Domicílio da Pessoa Natural	622
2.8.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.....	623

CAPÍTULO 3. PESSOA JURÍDICA

3.1.	Disposições Gerais. Constituição. Grupos despersonalizados. Sociedades de fato	625
3.2.	Direitos da Personalidade.....	626
3.3.	Capacidade e Representação da Pessoa Jurídica. Responsabilidade dos Administradores e dos Sócios	626
3.4.	Desconsideração da Personalidade Jurídica da Pessoa Jurídica	627
3.5.	Extinção da Pessoa Jurídica	629
3.6.	Classificação das Pessoas Jurídicas. Associações. Sociedades. Fundações.....	629
3.6.1.	Sociedades.....	631
3.6.2.	Associações	632
3.6.3.	Fundações.....	632
3.7.	Domicílio Civil da Pessoa Jurídica.....	633
3.8.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.....	634

CAPÍTULO 4. BENS

4.1.	Diferentes Classes de Bens.....	635
4.1.1.	Bens Considerados em si mesmos.....	635
4.1.1.1.	Imóveis x Móveis (arts. 79-84).....	635
4.1.1.2.	Fungíveis x Infungíveis (art. 85).....	636
4.1.1.3.	Consumíveis x Inconsumíveis (art. 86)	636
4.1.1.4.	Divisíveis x Indivisíveis (arts. 87-88)	636
4.1.1.5.	Singulares x Universalidades (arts. 89-91).....	636
4.1.2.	Bens Reciprocamente Considerados.	637
4.1.2.1.	Principais x Acessórios.....	637
4.1.2.2.	Espécies de Acessórios	637
4.1.3.	Bens Públicos.....	639
4.2.	Bens Corpóreos e Incorpóreos.....	640
4.3.	Bens no comércio e fora do comércio.....	640

CAPÍTULO 5. FATO E ATO JURÍDICO**CAPÍTULO 6. NEGÓCIO JURÍDICO**

6.1.	Disposições Gerais	642
6.2.	Classificação e interpretação.....	642
6.2.1.	Classificação do Negócio Jurídico.....	643
6.2.2.	Interpretação do Negócio Jurídico	644
6.3.	Elementos do Negócio Jurídico. Existência, validade e eficácia. Condição, termo e encargo	644
6.3.1.	Plano da Existência. Elementos Essenciais.....	645
6.3.2.	Plano da Validade. Requisitos de validade para os elementos essenciais.....	645
6.3.3.	Plano da Eficácia. Elementos Acidentais: condição, termo e encargo	646
6.4.	O Plano da Validade do Negócio Jurídico. Nulidade e Anulabilidade. Representação. Defeitos do Negócio Jurídico. Simulação	649
6.4.1.	Representação.....	650
6.4.2.	Invalidades. Nulidade e anulabilidade	650
6.4.3.	Defeitos dos negócios jurídicos: erro, dolo, coação, estado de perigo e lesão	651
6.4.4.	A Simulação.....	655
6.5.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.....	655

CAPÍTULO 7. ATOS LÍCITOS E ATOS ILÍCITOS

7.1.	Teoria Geral do Ato Ilícito	656
7.2.	Efeitos dos Atos Ilícitos	656
7.2.1.	Efeito indenizatório	657
7.2.2.	Efeito caducificante	657
7.2.3.	Efeito autorizante.....	658
7.2.4.	Efeito invalidante.....	658
7.3.	Excludentes da ilicitude	658

CAPÍTULO 8. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA

8.1.	Distinções	659
8.2.	Hipóteses de Suspensão.....	660
8.3.	Hipóteses de Interrupção	661
8.4.	Prazos prescricionais	662
8.5.	Prescrição Intercorrente	663
8.6.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.....	663

CAPÍTULO 9. PROVA DOS FATOS JURÍDICOS

9.1.	Confissão (arts. 213-214).....	665
9.2.	Prova Documental (arts. 215-226).....	665
9.3.	Prova Testemunhal (arts. 227-228)	665
9.4.	Presunções.....	666
9.5.	Perícia.....	666

CAPÍTULO 10. OBRIGAÇÕES

10.1.	Obrigações: Disposições Gerais e Características	667
10.2.	Modalidades e Classificação	668
10.2.1.	Classificação Geral	669
10.2.1.1.	Dar coisa certa	669

10.2.1.2.	Dar coisa incerta (arts. 243-246).....	669
10.2.1.3.	Fazer e Não Fazer (arts. 247-251)	670
10.2.2.	Classificações Especiais	670
10.2.2.1.	Cumulativas, Alternativas e Facultativas (arts. 252-256, do CC)	670
10.2.2.2.	Divisíveis e Indivisíveis (arts. 257-263).....	670
10.2.2.3.	Solidárias (arts. 264-285).....	671
10.2.2.4.	Obrigações de Meio, de Resultado e de Garantia	672
10.2.2.5.	Obrigações Cíveis, Naturais e Morais.....	672
10.2.2.6.	Obrigações de Execução Instantânea, Diferida e Continuada/Pe- riódica.....	673
10.2.2.7.	Obrigações Puras e Simples; Condicionais; a Termo e Modais	673
10.2.2.8.	Obrigações Líquidas e Ilíquidas	674
10.2.2.9.	Obrigações principais e acessórias	674
10.3.	Transmissão	674
10.3.1.	Cessão de Crédito	675
10.3.2.	Cessão de Débito ou Assunção de Dívidas	675
10.3.3.	Cessão de Posição Contratual.....	675
10.4.	Teoria do Pagamento e formas especiais de Extinção das Obrigações	676
10.4.1.	Teoria Geral do Pagamento. Extinção Direta.....	676
10.4.2.	Regras Especiais de Extinção com Pagamento Indireto ou sem Pagamento... ..	677
10.5.	Inadimplemento das Obrigações	679
10.5.1.	Inadimplemento Absoluto x Relativo	679
10.5.2.	Espécies de Mora e suas consequências.....	679
10.5.3.	Mora do Devedor: Juros de Mora, Atualização Monetária e Honorários Advo- catícios	679
10.5.4.	Cláusula Penal	680
10.5.5.	Arras.....	680
10.6.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.....	681

CAPÍTULO 11. CONTRATOS

11.1.	Disposições Gerais - Princípios	683
11.2.	Disposições Gerais - Classificação.....	686
11.3.	Disposições Gerais - Formação dos Contratos	689
11.4.	Disposições Gerais - Proteção do Adquirente em face de Vícios Redibitórios	690
11.5.	Proteção do Adquirente em face de Evicção.....	691
11.6.	Extinção dos Contratos.....	691
11.6.1.	Extinção Normal	691
11.6.2.	Extinção Anormal	691
11.6.2.1.	Extinção Anormal por Causas Antecedentes ou Concomitantes	691
11.6.2.2.	Extinção Anormal por Causas Supervenientes	692
11.7.	Espécies de contratos regulados no Código Civil.....	693
11.7.1.	Compra e Venda	693
11.7.2.	Troca ou Permuta	695
11.7.3.	Contrato Estimatório.....	695
11.7.4.	Doação	695
11.7.5.	Locação de Coisas	696
11.7.6.	Empréstimo => Comodato e Mútuo	697

11.7.6.1. Mútuo	697
11.7.6.2. Comodato	697
11.7.7. Prestação de Serviço	698
11.7.8. Empreitada:	699
11.7.9. Depósito	700
11.7.10. Mandato	700
11.7.11. Comissão	701
11.7.12. Agência e Distribuição	701
11.7.13. Corretagem	702
11.7.14. Transporte.....	702
11.7.15. Seguro	703
11.7.16. Constituição de Renda:	705
11.7.17. Jogo e da Aposta.....	705
11.7.18. Fiança.....	705
11.7.19. Transação	707
11.7.20. Compromisso	707
11.7.21. Contrato de Administração Fiduciária de Garantias.....	708
11.8. Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.....	708

CAPÍTULO 12. ATOS UNILATERAIS

12.1. Promessa de Recompensa	709
12.2. Gestão de Negócios.....	709
12.3. Pagamento Indevido.....	710
12.4. Enriquecimento sem causa.....	711

CAPÍTULO 13. RESPONSABILIDADE CIVIL

13.1. Responsabilidade Civil no Código Civil de 2002 - Teoria dos Atos Ilícitos. Ato Ilícito e Abuso de Direito	712
13.2. Responsabilidade Civil no Código Civil de 2002 - Princípios da solidariedade, prevenção e reparação integral.....	712
13.3. Responsabilidade Civil no Código Civil de 2002 - Responsabilidade civil contratual e extracontratual (Responsabilidade pré e pós contratual). Responsabilidade civil e penal. Responsabilidade subjetiva e objetiva. Responsabilidades solidária e subsidiária. Responsabilidade patrimonial e extrapatrimonial.....	713
10.3.1. Responsabilidade Contratual (Pré e Pós) x Extracontratual/Aquiliana	713
13.3.2. Responsabilidade Objetiva x Subjetiva.....	713
13.3.3. Responsabilidade Solidária x Subsidiária	714
13.3.4. Responsabilidade Civil x Penal	714
13.3.5. Responsabilidade Patrimonial x Extrapatrimonial	714
13.4. Responsabilidade Civil no Código Civil de 2002 - Elementos da responsabilidade civil.	715
13.4.1. Conduta Humana Ilícita. Responsabilidade por fato próprio e por fato de terceiro.....	715
13.4.2. A Culpa e o Risco	716
13.4.3. Nexo de causalidade.....	716
13.4.4. Dano.....	717
13.5. Responsabilidade Civil no Código Civil de 2002 - Excludentes de responsabilidade civil	718

13.5.1.	Excludentes da ilicitude (Legítima Defesa, Exercício Regular de Direito, Estri- to Cumprimento de Dever Legal e Estado de Necessidade).....	718
13.5.2.	Excludentes da CAUSALIDADE (Caso Fortuito, Força Maior, Culpa Exclusiva da Vítima e Fato de Terceiro)	718
13.5.3.	Cláusula de Não Indenizar	719
13.6.	Responsabilidade Civil no Código Civil de 2002 - Responsabilidade Civil por Fato da Coisa	719
13.7.	Novos danos: danos coletivos e sociais.....	720
13.8.	Responsabilidade ambiental, no âmbito das relações de consumo e a bens de valor paisagístico, urbanístico, histórico e cultural.....	721

CAPÍTULO 14. PREFERÊNCIAS E PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS

CAPÍTULO 15. DIREITO DAS COISAS

15.1.	Posse	723
15.1.1.	Conceito	723
15.1.2.	Classificação, composses e desdobramento da posse	724
15.1.3.	Posse x Detenção	724
15.1.4.	Modos de aquisição e perda da posse	725
15.1.5.	Efeitos.....	726
15.2.	Direitos Reais.....	727
15.2.1.	Distinções entre Direitos Reais e Direitos Obrigacionais e Figuras Híbridas	727
15.2.2.	Classificação dos Direitos Reais.....	728
15.3.	Direito Real na Coisa Própria - propriedade.....	729
15.3.1.	Estrutura, Faculdades, Poderes e Características	729
15.3.2.	Extensão	730
15.3.3.	A descoberta.....	730
15.3.4.	Função socioambiental da propriedade e sua concretização	731
15.3.5.	Propriedade resolúvel (ad tempus)	731
15.3.6.	Aquisição da propriedade imóvel: registro público, acessões e usucapião:	732
15.3.6.1.	Registro Imobiliário (arts. 1.245-1.247, do CC).....	732
15.3.6.2.	Acessão (arts. 1.248-1.259, do CC).....	732
15.3.6.3.	Usucapião (arts. 1.238-1.244, do CC	733
15.3.7.	Aquisição da propriedade móvel.....	735
15.3.7.1.	Tradição (arts. 1267-1268, do CC).....	735
15.3.7.2.	Ocupação (arts. 1263, do CC).....	735
15.3.7.3.	Usucapião (arts. 1260-1262, do CC).....	735
15.3.7.4.	Achado de Tesouro (arts. 1264-1266, do CC).....	736
15.3.7.5.	Especificação (arts. 1269-1271, do CC)	736
15.3.7.6.	Comistão, Confusão e Adjunção (arts. 1272-1274, do CC)	736
15.3.8.	A perda da propriedade.....	737
15.4.	Direito de Vizinhança	737
15.4.1.	Disposições Gerais: Uso Anormal da Propriedade (arts. 1277-1281).....	737
15.4.2.	Árvores Limítrofes (arts. 1282-1284)	738
15.4.3.	Passagem Forçada (art. 1285).....	738
15.4.4.	Passagem de Cabos e Tubulações (arts. 1286-1287)	738
15.4.5.	Águas (arts. 1288-1296)	738

15.4.6.	Limites (arts. 1297-1298)	739
15.4.7.	Direito de Construir (arts. 1299-1313)	739
15.5.	Condomínio Geral e Condomínio Edilício	740
15.5.1.	Disposições Gerais	740
15.5.2.	Condomínio Geral ou Ordinário (arts. 1314-1330)	740
15.5.3.	Condomínio Edilício (art. 1331-1358)	741
15.5.4.	Condomínio de Lotes (art. 1358-A – Lei 13.465/17)	743
15.5.5.	Condomínio em Multipropriedade ou Time Sharing (arts. 1358-B a 1358-U – Lei 13.777/18)	743
15.6.	Os direitos reais na coisa alheia	744
15.6.1.	Introdução: o desmembramento dos poderes da propriedade	744
15.6.2.	Classificação	744
15.6.3.	Características	745
15.6.4.	Direitos reais de gozo	745
15.6.4.1.	Servidão predial (1378-1389)	745
15.6.4.2.	Superfície no Código Civil e no Estatuto da Cidade	746
15.6.4.3.	Usufruto, uso e habitação (arts. 1390-1416)	747
15.6.4.4.	Direito Real de Laje (arts. 1.510-A a 1.510-E)	748
15.6.5.	Direitos reais de garantia	750
15.6.5.1.	Alienação fiduciária em garantia	751
15.6.5.2.	Hipoteca	752
15.6.5.3.	Penhor	753
15.6.6.	Direito real de aquisição (arts. 1417-1418)	754
15.7.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema	754

CAPÍTULO 16. DIREITO DAS FAMÍLIAS

16.1.	Relações entre Cônjuges e Companheiros – Conceitos Essenciais	755
16.2.	Relações entre Cônjuges e Companheiros – Princípios	757
16.3.	Relações entre Cônjuges e Companheiros – O Casamento e sua Caracterização	757
16.3.1.	Formalidades Preliminares. Procedimento de Habilitação e Celebração	757
16.3.2.	Espécies de casamento a partir das formas de celebração e provas do matrimônio	758
16.3.3.	Casamento inexistente, nulo, anulável e irregular. Impedimentos Matrimoniais	759
16.3.4.	Plano da Existência	759
16.3.5.	Plano da Validade	759
16.3.6.	Plano da Eficácia	761
16.3.7.	Dissolução da sociedade conjugal e do vínculo matrimonial	761
16.3.7.1.	Procedimento Judicial: Emenda n. 66/2010	761
16.3.7.2.	Procedimento Extrajudicial	762
16.4.	Relações entre Cônjuges e Companheiros – Efeitos patrimoniais	762
16.4.1.	Regimes de Bens no Casamento. Definição e Pacto Antenupcial	763
16.4.2.	Regimes de Bens no Casamento – Espécies	763
16.4.2.1.	Comunhão Parcial de Bens (arts. 1658-1666)	763
16.4.2.2.	Comunhão Universal de Bens (arts. 1667-1671)	764
16.4.2.3.	Regime de Participação Final nos Aquestos (arts. 1672-1686)	764

16.4.2.4.	Separação Total, Absoluta ou Convencional de Bens (arts. 1687-1688)	765
16.4.2.5.	Separação Obrigatória ou Legal de Bens (arts. 1641)	765
16.5.	Relações entre Cônjuges e Companheiros – União estável e concubinato. Requisitos e efeitos pessoais e patrimoniais. União homoafetiva	766
16.6.	Filiação e Guarda dos Filhos	767
16.6.1.	Filiação e Guarda dos Filhos - Linhas e Graus de Parentesco	767
16.6.2.	Guarda dos Filhos	769
16.6.3.	Filiação, Reconhecimento de Filhos	770
16.6.4.	Adoção. Convenção de Haia Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em matéria de Adoção Internacional de 1993.Estado de filiação e direito à origem genética. Adoção à brasileira. Atuação do Ministério Público no processo de adoção	772
16.6.4.1.	Disposições Gerais	772
16.6.4.2.	Adoção Nacional x Adoção Internacional. Convenção de Haia Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em matéria de Adoção Internacional de 1993	773
16.6.4.3.	Estado de filiação e direito à origem genética	773
16.6.4.4.	Adoção à brasileira	773
16.6.4.5.	Atuação do Ministério Público no processo de adoção	774
16.6.4.6.	Parto Anônimo	774

CAPÍTULO 17. DIREITO DO CONSUMIDOR

17.1.	Consumidor, Fornecedor, Produto e Serviço. A relação de consumo.....	775
17.2.	Direitos básicos do consumidor	777
17.3.	Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos	778
17.4.	Práticas Comerciais	779
17.5.	Proteção contratual	781
17.6.	A defesa do consumidor em juízo. Das Ações Coletivas Para a Defesa de Interesses Individuais Homogêneos.....	781
17.7.	Papel do Ministério Público Federal	783
17.8.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.....	783

CAPÍTULO 18. MARCO CIVIL DA INTERNET E LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

18.1.	Marco Civil da Internet. Princípios, Garantias, Direitos e Deveres.....	784
18.2.	Responsabilidade Civil no Marco Civil Internet.....	787
18.3.	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	788

CAPÍTULO 19. DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

19.1.	Disposições essenciais	795
19.2.	Atuação do Ministério Público.....	797
19.3.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.....	798

CAPÍTULO 20. PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

CAPÍTULO 21. ESTATUTO DO IDOSO

21.1.	Disposições essenciais	799
21.2.	Atuação do Ministério Público.....	801
21.3.	Doutrina e Jurisprudência sobre o tema.....	802

CAPÍTULO 22. ASPECTOS CIVIS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

22.1. Aspectos de Direito Civil no âmbito da Lei Maria da Penha: Responsabilidade Civil e Direito das Famílias	803
22.1.1. Violência Doméstica e Familiar e a Responsabilidade Civil do Agressor	805
22.1.2. Violência Doméstica e Familiar e o Direito das Famílias	807
22.2. Protocolo de julgamento com perspectiva de gênero	809

CAPÍTULO 23. GRUPOS VULNERÁVEIS NO ÂMBITO PRIVADO

23.1. Povos indígenas, quilombolas e tradicionais no Direito Privado e a Resolução 454/22, do CNJ.....	812
23.2. Igualdade Racial.....	819

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Luciano Alves Rossato

1. Princípios gerais do processo civil. Fontes	827
2. Lei processual civil. Eficácia. Aplicação. Interpretação. Direito Processual Intertemporal. Critérios.....	829
3. Jurisdição. Conceito. Característica. Natureza jurídica. Princípios. Limites.....	831
4. Competência. Critérios determinadores. Competência originária dos tribunais superiores. Competência absoluta e relativa. Modificações. Meios de declaração de incompetência. Conflitos de competência e de atribuições.....	833
5. Direito de ação. Elementos. Condições. Classificação e critérios identificadores. Concurso e cumulação de ações. Conexão e continência. Processo: Noções gerais. Relação Jurídica Processual. Pressupostos Processuais. Processo e procedimento. Espécies de processos e de procedimentos. Objeto do processo. Mérito. Questão principal, questões preliminares e prejudiciais.....	842
6. Sujeitos Processuais. Juiz. Mediadores e Conciliadores. Princípios. Poderes. Deveres. Responsabilidades. Impedimentos e Suspeição. Organização judiciária federal e estadual. Sujeitos Processuais. Partes e Procuradores. Capacidade e Legitimação. Representação e Substituição Processual. Litisconsórcio. Da Intervenção de Terceiros. Da Assistência. Da Denúnciação da Lide. Do Chamamento ao Processo. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Do Amicus Curiae. Advogado. Ministério Público. Auxiliares da Justiça. A Advocacia Pública. Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo	847
7. Atos processuais. Forma. Tempo. Lugar. Prazos. Comunicações. Nulidades	867
8. Procedimento comum. Aspectos Gerais. Fases. Petição inicial. Requisitos. Indeferimento da petição inicial e improcedência liminar do pedido. Resposta do réu. Prazos e preclusão. Prescrição. Revelia. Formação, suspensão e extinção do processo. Contestação. Reconvenção. Das Providências preliminares e do Saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Audiências. Conciliação e Mediação. Instrução e julgamento. Distribuição do ônus da prova. Fatos que independem de prova. Depoimento pessoal. Confissão. Prova documental. Exibição de documentos ou coisas. Prova testemunhal. Prova pericial. Inspeção judicial. Exame e valoração da prova. Produção Antecipada de Provas.....	875
9. Da Tutela Provisória: Tutelas de Urgência e de Evidência. Fungibilidade. Princípios Gerais. Protesto, notificação e interpelação. Arresto. Sequestro. Caução. Busca e Apreensão. Exibição. Justificação	892
10. Sentença. Conceito. Classificações. Requisitos. Efeitos. Publicação, intimação, correção e integração da sentença.....	899
11. Do cumprimento da Sentença.....	903
12. Coisa julgada. Conceito. Espécies. Limites. Remessa Necessária.....	903
13. Meios de impugnação à sentença. Ação rescisória. Recursos. Disposições Gerais. Apelação. Agravos. Embargos de Declaração. Embargos de Divergência. Recurso Ordinário. Recurso Es-	

pecial. Recurso Extraordinário. Recursos nos tribunais superiores. Reclamação e correção. Re-	
percussão geral. Súmula vinculante. Recursos repetitivos.....	907
14. Liquidação de Sentença. Espécies. Procedimento. Cumprimento da sentença. Procedimento.	
Impugnação	924
15. Processo de Execução. Princípios gerais. Espécies. Execução contra a Fazenda Pública. Execu-	
ção de obrigação de fazer e não fazer. Execução por quantia certa. Embargos de terceiros.	
Objeção de pré-executividade. Remição. Suspensão e extinção do processo de execução	935
16. Procedimentos Especiais. Generalidades. Características. Espécies. Ação de Consignação em	
Pagamento. Ação Monitória. Ação de Exigir Contas. Ações Possessórias. Restauração de autos	
956	
17. Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830/1980 e suas alterações).....	970
18. Regimento de Custas da Justiça Federal (Lei nº 9.289/1996 e suas alterações).....	974
19. Ação Popular. Ação Civil Pública. Aspectos processuais. Mandado de Segurança. Mandado de	
Injunção. Mandado de Segurança Coletivo	975
20. O Processo Civil nos sistemas de controle da constitucionalidade	991
21. Dos Juizados Especiais Federais: Lei nº 10.259/2001 e suas alterações. Dos Juizados Especiais	
Cíveis: Lei nº 9.099/1995 e suas alterações. Lei nº 11.419/2006 e suas alterações (Lei do Proces-	
so Judicial Eletrônico). Súmulas e Jurisprudência dos tribunais superiores	993

DIREITO PENAL

Danilo da Cunha Sousa

I. PARTE GERAL

1. Fontes e princípios aplicáveis ao direito penal	1005
2. Interpretação e integração da lei penal.....	1006
2.1. Analogia.....	1007
3. Conflito aparente de normas penais	1007
4. Aplicação da lei penal	1007
4.1. A lei penal no tempo e no espaço	1007
4.2. Tempo e lugar do crime	1009
4.3. Lei penal excepcional, especial e temporária.....	1009
4.4. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal	1009
4.5. Pena cumprida no estrangeiro	1010
4.6. Transferência de execução de pena.....	1010
4.7. Irretroatividade da lei penal	1011
4.8. Eficácia da sentença estrangeira.....	1011
4.9. Contagem de prazo	1011
4.10. Frações não computáveis da pena.....	1012
5. Teoria do Delito.....	1012
5.1. Teoria do tipo. O fato típico e seus elementos.....	1014
5.1.1. Conduta.....	1014
5.1.2. Relação de causalidade. Teorias. Imputação objetiva	1016
5.1.3. Tipicidade.....	1018
6. Antijuricidade	1019
7. Culpabilidade.....	1021
8. Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento	
posterior. Crime impossível	1022
9. Erro.....	1023

10. Do concurso de pessoas	1024
11. Penas	1025
12. Efeitos da condenação.....	1032
12.1. Do confiscoalargado	1033
13. Da reabilitação.....	1034
14. Medidas de segurança e Execução das medidas de segurança	1034
15. AÇÃO PENAL.....	1035
16. Causas de extintivas de punibilidade.....	1038
16.1. Da prescrição.....	1040

II. PARTE ESPECIAL

1. Crimes contra a pessoa.....	1042
1.1. Crimes contra a vida	1042
1.2. Lesões corporais.....	1048
1.3. Da periclitación da vida e da saúde.....	1050
1.4. Da rixa	1052
1.5. Crimes contra a honra.....	1052
1.6. Crimes contra a liberdade individual	1056
2. Dos crimes contra o patrimônio.....	1063
3. Crimes contra a dignidade sexual	1072
4. Crimes contra a família	1077
5. Crimes contra a INCOLUMIDADE PÚBLICA.....	1078
5.1. Crimes de perigo comum.....	1078
5.2. Crimes contra a saúde pública.....	1078
6. Crimes contra a paz pública.....	1080
7. Dos crimes contra a fé pública.....	1081
8. Dos crimes contra a Administração Pública.....	1086

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Danilo da Cunha Sousa

1. Princípios gerais: aplicação da lei processual no tempo, no espaço em relação às pessoas; sujeitos da relação processual. FONTES E INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL.....	1145
2. Persecução penal.....	1148
2.1. Do inquérito policial	1148
2.1.1 Arquivamento do inquérito policial.....	1150
2.1.2. Desarquivamento do inquérito policial	1151
2.1.3. Do juiz de garantias	1151
2.1.4. Disposições especiais na fase de inquérito policial	1153
2.2. Termo circunstanciado	1153
2.3. Comissão parlamentar de inquérito.....	1153
2.4. Investigação criminal promovida pelo Ministério Público.....	1154
3. Da ação penal.....	1154
4. Competência	1160
5. Questões incidentais e medidas assecuratórias.....	1164
5.1. Questões prejudiciais.....	1164
5.2. Das exceções	1164

5.3.	Conflito de competência	1165
5.4.	Da restituição de coisa apreendida.....	1165
5.5.	Medidas Assecuratórias.....	1165
5.6.	Incidente de falsidade documental	1166
5.7.	Incidente de insanidade mental	1166
6.	Da prova.....	1166
7.	Do Juiz, do Ministério Público, Do acusado e defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça..	1174
8.	Da prisão e da liberdade provisória	1176
9.	Atos Processuais e Atos Judiciais	1184
10.	Atos de comunicação no processo	1186
11.	Dos Processos em espécie. Procedimentos do CPP. Procedimentos especiais na legislação extravagante.....	1187
11.1.	Procedimento comum.....	1187
11.2.	Procedimentos especiais	1189
11.3.	Procedimentos na legislação extravagante.....	1192
12.	Nulidades.....	1195
13.	Dos recursos	1195
14.	Ações autônomas de impugnação	1199
15.	Execução criminal.....	1202
16.	Súmulas aplicáveis	1203

DIREITO AMBIENTAL

Tiago Aníbal

1.	Teoria Geral do Direito Ambiental.....	1221
1.1.	Meio ambiente	1221
1.2.	Ecologia ou Antropologia.....	1222
1.3.	Ética Ambiental	1223
1.4.	Direito Ambiental Constitucional	1224
1.5.	Princípios	1227
1.5.1.	Princípio da solidariedade intergeracional	1227
1.5.2.	Princípio do desenvolvimento sustentável	1228
1.5.3.	Princípio do poluidor-pagador.....	1228
1.5.4.	Princípio do usuário-pagador.....	1229
1.5.5.	Princípio da função socioambiental da propriedade.....	1229
1.5.6.	Princípio da prevenção	1230
1.5.7.	Princípio da precaução.....	1231
1.5.8.	Princípio da participação.....	1231
1.5.9.	Princípio da informação ambiental	1233
1.5.10.	Princípio da ubiquidade	1234
1.5.11.	Princípio da vedação ao retrocesso socioambiental	1234
1.5.12.	Princípio da cooperação entre os povos.....	1235
1.6.	Competência.....	1236
1.6.1.	Competência material	1236
1.6.2.	Competência legislativa	1238
2.	Direito Ambiental Internacional.....	1239

2.1.	Fontes	1240
2.2.	Princípios	1243
2.2.1.	Princípio da cooperação internacional.....	1243
2.2.2.	Princípio da Poluição Transfronteiriça	1243
2.2.3.	Princípio das Responsabilidades Comuns, mas diferenciadas	1243
2.3.	Mercosul e Direito Ambiental Internacional.....	1244
2.4.	Procedimentos administrativos de prevenção de dano ambiental nacional transfronteiriço	1244
2.5.	Organizações Não Governamentais (ONGs)	1244
3.	Bens Ambientais	1245
3.1.	Águas	1245
3.2.	Cavidades naturais subterrâneas.....	1246
3.3.	Energia.....	1246
3.4.	Fauna e flora	1247
3.5.	Florestas	1247
3.6.	Ilha	1247
3.7.	Paisagem	1247
3.8.	Mar territorial	1248
3.9.	Praias fluviais, Praias marítimas	1248
3.10.	Recursos naturais da plataforma continental	1248
3.11.	Recursos da zona econômica exclusiva.....	1248
3.12.	Sítios arqueológicos e pré-históricos	1249
3.13.	Terrenos de marinha e seus acrescidos	1249
3.14.	Terrenos marginais.....	1249
4.	Política Nacional de Meio Ambiente	1249
4.1.	Objetivos.....	1250
4.2.	Instrumentos.....	1250
4.2.1.	Padrões de qualidade ambiental.....	1250
4.2.2.	Zoneamento ambiental	1251
4.2.3.	Avaliação de impactos ambientais	1251
4.2.4.	Licenciamento (e sua revisão);	1252
4.2.5.	Promoção de tecnologia limpa.....	1253
4.2.6.	Criação de espaços territoriais especialmente protegidos	1254
4.2.7.	Sistema nacional de informações sobre o meio ambiente	1254
4.2.8.	Cadastro técnico federal de atividades e instrumento de defesa ambiental	1254
4.2.9.	Responsabilidade administrativa ambiental: Penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.....	1254
4.2.10.	Relatório de Qualidade do Meio Ambiente (IBAMA).....	1255
4.2.11.	Prestação de informações relativas ao Meio Ambiente	1255
4.2.12.	Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais.....	1255
4.2.13.	Instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros	1256

4.3.	Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)	1257
4.4.	Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)	1259
5.	Licenciamento Ambiental	1259
5.1.	Tipos de licença ambiental	1262
5.2.	Estudo prévio de impacto ambiental.....	1262
5.3.	Audiência Pública	1264
5.4.	Licitações e o Estudo de Impacto Ambiental.....	1264
6.	Zoneamento Ambiental.....	1265
6.1.	Zoneamento Ambiental Urbano.....	1265
6.2.	Zonas de uso industrial	1266
6.3.	Zoneamento Ambiental Agrícola e Zoneamento Ambiental Costeiro.....	1266
7.	Sistema Nacional de Unidades de Conservação	1267
7.1.	Categorias de Unidades de Conservação	1268
7.2.	Populações tradicionais	1271
7.3.	Compensação ambiental.....	1271
8.	Responsabilidade Ambiental	1271
8.1.	Dano ambiental	1272
8.2.	Responsabilidade Civil Ambiental.....	1272
8.3.	Responsabilidade Administrativa Ambiental.....	1273
8.4.	Responsabilidade Penal Ambiental	1275
8.5.	Crimes e Sanções.....	1276
8.6.	Da ação penal, do processo penal e prescrição.....	1276
9.	Meios Processuais para a Defesa Ambiental.....	1277
9.1.	Ação Popular	1277
9.2.	Ação civil pública.....	1278
9.3.	Mandado de segurança (individual e coletivo)	1279
9.4.	Mandado de Injunção.....	1280
9.5.	Desapropriação.....	1281
9.6.	Tombamento.....	1282
10.	Políticas Nacionais	1283
10.1.	Política Nacional de Recursos Hídricos	1283
10.2.	Política Nacional de Saneamento Básico	1285
10.3.	Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	1286
10.4.	Política Nacional de Educação Ambiental.....	1288
10.5.	Política Nacional sobre Mudança do Clima.....	1289
10.6.	Mudança do Clima e Mercado de Carbono	1289
11.	Legislação Específica	1290
11.1.	Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/2005).....	1290
11.2.	Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei nº 11.284/2006 e suas alterações).	1291
11.3.	Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006 e suas alterações).	1292
11.4.	Lei da cooperação federativa em matéria ambiental (Lei Complementar nº 140/2011).	1295
11.5.	Código Florestal (Lei nº 12.651/2012)	1296
11.6.	Lei da Biodiversidade (Lei nº 13.123/2015)	1302
11.7.	Lei de Pagamentos por Serviços Ambientais (Lei nº 14.119/2021 e suas alterações)	1303
11.8.	Poluição causada por óleo (Lei 9.966/2000)	1304

DIREITO PENAL MILITAR

Mauro Cesar Maggio Stürmer

1. Aplicação da lei penal militar	1312
2. Crime	1314
3. Imputabilidade Penal	1318
4. Concurso de agentes.....	1318
5. Penas principais	1320
6. Penas acessórias.....	1321
7. Efeitos da condenação.....	1322
8. Ação penal.....	1322
9. Extinção da punibilidade	1322
10. Crimes militares em tempo de paz. Crimes contra a autoridade ou disciplina militar. Crimes contra o serviço e o dever militar. Crimes contra a Administração Militar	1323
11. Súmulas e Jurisprudência dos tribunais superiores.....	1324

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Mauro Cesar Maggio Stürmer

1. Processo Penal Militar e sua aplicação	1327
2. Polícia Judiciária Militar	1328
3. Inquérito policial militar	1328
4. Ação penal militar e seu exercício	1329
5. Processo. Juiz, auxiliares e partes do processo	1330
6. Denúncia.....	1330
7. Competência da Justiça Militar da União	1331
8. Súmulas e Jurisprudência dos tribunais superiores.....	1333

DIREITO DO TRABALHO

Henrique Correia

1. Direito do trabalho.....	1339
2. Fontes do direito do trabalho	1342
3. Princípios do direito do trabalho	1344
4. Flexibilização e desregulamentação.....	1348
5. Renúncia e transação	1349
6. Sujeitos do Contrato de Trabalho	1351
6.1. Empregado	1351
6.2. Requisitos da relação de emprego (art. 3º da CLT).....	1351
6.3. Mutações da subordinação.....	1352
6.4. Elementos não essenciais da relação de emprego.....	1353
6.5. Trabalho em domicílio e teletrabalho (ou trabalho remoto).....	1353
6.5.1. Nova regulamentação do teletrabalho dada pela Lei nº 14.442/2022	1355
6.6. Fraudes à relação de emprego	1356
6.7. Carteira de Trabalho e Previdência Social (Carteira de Trabalho Digital)	1357
6.8. Registro de empregados.....	1359
6.9. Empregado rural (Lei nº 5.889/73)	1359
6.9.1. Peculiaridades dos Empregados Rurais	1360

6.9.2.	Contrato Temporário Rural (art. 14-A da Lei nº 5.889/73).....	1361
6.10.	Trabalho doméstico.....	1362
6.11.	Empregado público.....	1369
6.12.	Altos empregados.....	1374
7.	Regimes especiais de trabalho.....	1377
7.1.	Bancário.....	1377
7.2.	Motorista profissional.....	1378
7.3.	Trabalho esportivo.....	1384
7.4.	Artista.....	1387
7.5.	Jornalista.....	1389
7.6.	Professor.....	1389
7.7.	Aeronauta.....	1392
7.8.	Aeroviário.....	1393
7.9.	Serviços em frigoríficos.....	1393
7.10.	Trabalho em minas de subsolo.....	1393
7.11.	Árbitros.....	1394
7.12.	Trabalho aquaviário.....	1394
7.13.	Trabalho do preso.....	1395
8.	Direitos humanos do trabalho e empresas.....	1396
8.1.	Trabalho decente.....	1396
8.2.	Igualdade de oportunidades e combate à discriminação nas relações de trabalho.....	1408
8.3.	Assédio nas organizações.....	1414
8.4.	Ações afirmativas.....	1415
9.	Empregador.....	1419
9.1.	Grupo econômico.....	1419
9.1.1.	Responsabilidade solidária e subsidiária.....	1420
9.2.	Cadeias produtivas e proteção ao trabalho.....	1420
9.3.	Sucessão de Empregadores.....	1421
9.4.	Sócio retirante.....	1423
9.5.	Poderes do Empregador.....	1424
9.6.	Responsabilidade civil do empregador.....	1429
10.	Relações de Trabalho Lato Sensu.....	1430
10.1.	Trabalhador autônomo.....	1430
10.1.1.	Profissionais liberais.....	1430
10.2.	Trabalhador eventual.....	1431
10.3.	Trabalhador voluntário.....	1431
10.4.	Trabalhador avulso.....	1432
10.4.1.	Trabalhador avulso portuário.....	1432
10.4.2.	Trabalhador avulso não portuário (Lei nº 12.023/2009).....	1433
10.5.	Cooperado.....	1434
10.6.	Estágio.....	1434
10.7.	Representante comercial.....	1436
10.8.	Trabalhador indígena.....	1437
10.9.	Outras formas de contratação além do vínculo empregatício (STF).....	1438
11.	Trabalho infantil.....	1439
12.	Proteção do trabalho do adolescente.....	1444

12.1.	Das Férias do Empregado Adolescente.....	1445
12.2.	Trabalho educativo	1446
12.3.	Aprendiz.....	1447
12.4.	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).....	1451
13.	Proteção do trabalho da Mulher	1452
13.1.	Licença-maternidade	1455
13.1.1.	Data de início da licença-maternidade (ADI Nº 6327/DF)	1456
13.2.	Estabilidade da gestante	1457
13.3.	Meio ambiente de trabalho	1460
13.4.	Programa Emprega + Mulheres (Lei nº 14.457/2022).....	1461
13.4.1.	Do apoio à parentalidade na primeira infância.....	1461
13.4.2.	Do apoio à parentalidade por meio da flexibilização do regime de trabalho	1461
13.4.3.	Das medidas para qualificação de mulheres.....	1462
13.4.4.	Do apoio ao retorno ao trabalho após o término da licença-maternidade	1462
13.4.5.	Das medidas de prevenção e de combate ao assédio sexual e a outras formas de violência no âmbito do trabalho	1463
13.4.6.	Do Selo Emprega + Mulher.....	1463
14.	Terceirização	1464
14.1.	Generalidades.....	1464
14.2.	Terceirização das atividades-fim da empresa.....	1466
14.2.1.	Terceirização na Súmula nº 331 do TST	1466
14.2.2.	Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017).....	1466
14.2.3.	Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017	1466
14.3.	Quarteirização	1467
14.4.	Requisitos para o funcionamento da empresa de prestação de serviços a terceiros.....	1468
14.5.	Requisitos do contrato de terceirização.....	1468
14.6.	Responsabilidade da tomadora	1469
14.7.	Direitos dos terceirizados	1470
14.8.	Condições de trabalho	1470
14.8.1.	Súmula nº 331 do TST.....	1470
14.8.2.	Lei nº 13.429/2017	1470
14.8.3.	Regulamentação pela Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista)	1471
14.9.	Salário equivalente	1471
14.9.1.	Súmula nº 331 do TST.....	1471
14.9.2.	Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017.....	1472
14.9.3.	Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017	1472
14.9.4.	Tema 383 de Repercussão Geral do STF	1473
14.10.	Quarentena e Reforma Trabalhista.....	1473
14.10.1.	Súmula nº 331 do TST.....	1473
14.10.2.	Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017).....	1473
14.10.3.	Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017	1473
14.11.	Período de quarentena do empregado terceirizado.....	1474
14.11.1.	Súmula nº 331 do TST.....	1474
14.11.2.	Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	1474

14.11.3. Quarentena na Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017)	1474
14.12. Inaplicabilidade da legislação às empresas de vigilância e transporte de valores	1474
14.13. Terceirização e a Administração Pública	1475
14.14. Dono da obra	1478
14.15. Trabalho temporário	1479
15. Contrato de Trabalho e Relação de Trabalho.....	1481
15.1. Relação de trabalho x Relação de emprego	1481
15.2. Contrato de trabalho.....	1482
15.3. Características do contrato de trabalho.....	1485
15.4. Elementos do contrato de trabalho.....	1485
15.5. Efeitos do contrato de trabalho.....	1487
15.5.1. Dano material e moral.....	1488
15.5.2. Direito à desconexão.....	1491
15.6. Classificação dos contratos de trabalho.....	1492
15.6.1. Contrato por prazo determinado – Lei nº 9.601/98.....	1493
15.7. Contrato para prestação de trabalho intermitente.....	1494
15.8. Vícios e defeitos do contrato de trabalho (nulidades do contrato de trabalho)	1496
15.9. Vícios de consentimento e fraudes na relação de emprego.....	1497
15.10. Alteração do Contrato Individual de Trabalho	1498
15.11. Transferência de local de trabalho	1501
15.12. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho	1503
16. Duração do trabalho e jornada de Trabalho	1505
16.1. Limite de tolerância.....	1509
16.2. Empregados não submetidos à limitação de jornada.	1510
16.3. Regime por tempo parcial.....	1511
16.4. Turnos ininterruptos de revezamento.	1511
16.5. Horas In Itinere	1513
16.6. Trabalho noturno.....	1514
16.7. Trabalho extraordinário	1514
16.8. Compensação	1515
16.9. Jornadas especiais.....	1517
16.10. Períodos de descanso	1518
16.10.1. Intervalos.....	1518
16.10.2. Intervalo interjornada.....	1521
16.10.3. Descanso semanal remunerado (DSR)	1522
16.11. Férias	1523
16.11.1. Direitos às férias e sua duração	1523
16.11.2. Concessão e época das férias	1524
16.11.3. Remuneração das férias.....	1524
16.11.4. Abono pecuniário de férias	1525
16.11.5. Término do contrato de trabalho e pagamento das férias proporcionais.....	1525
16.11.6. Férias coletivas	1526
17. Salário e Remuneração.....	1527
17.1. Salário mínimo.....	1528
17.2. Modalidades de salário (classificação)	1529
17.3. Parcelas Salariais (composição do salário).....	1531

17.4.	Gratificações.....	1533
17.5.	Décimo terceiro salário.....	1534
17.6.	Adicionais salariais	1534
17.6.1.	Adicional de Hora Extraordinário	1534
17.6.2.	Adicional noturno.....	1535
17.6.3.	Adicional de transferência	1535
17.6.4.	Adicional de periculosidade.....	1535
17.6.5.	Adicional de insalubridade.....	1539
17.6.6.	Adicional de penosidade.....	1541
17.7.	Parcelas sem natureza salarial (indenizatórias)	1541
17.7.1.	Participação nos lucros e resultados – PLR	1542
17.7.2.	Ajuda de custo	1542
17.7.3.	Diárias para viagem.....	1542
17.7.4.	Vale-transporte	1543
17.7.5.	Auxílio-alimentação	1543
17.7.6.	Prêmios	1543
17.7.7.	Abonos.....	1544
17.7.8.	Salário-família.....	1544
17.7.9.	Salário-educação.....	1544
17.7.10.	PIS/Pasep.....	1545
17.8.	Salário-utilidade ou salário in natura	1545
17.9.	Formas e meios de pagamento do salário	1547
17.10.	Equiparação salarial.....	1548
17.11.	Desvio e acúmulo de função.....	1551
17.12.	Garantias de proteção ao salário	1551
18.	Estabilidade	1552
18.1.	Estabilidade por tempo de serviço	1552
18.2.	Estabilidades provisórias	1553
18.2.1.	Dirigente sindical	1553
18.2.2.	Empregado representante da CIPA	1554
18.2.3.	Empregado acidentado	1554
18.2.4.	Empregado público.....	1555
18.2.5.	Estabilidade da gestante e adotante (Lei nº 13.509/2017)	1556
18.2.6.	Estabilidade do representante dos empregados (Reforma Trabalhista)	1557
18.3.	Despedida e reintegração do empregado estável.....	1558
18.4.	Renúncia à estabilidade provisória	1558
18.5.	Teoria da nulidade da despedida arbitrária – Convenção 158 da OIT.....	1558
19.	Fundo de garantia do tempo de Serviço – FGTS.....	1560
19.1.	Hipóteses de saque dos depósitos.....	1561
20.	meio ambiente de trabalho e dignidade do trabalhador	1564
20.1.	Deveres do empregador	1566
20.2.	Deveres do empregado.....	1568
20.3.	Acidente de trabalho.....	1568
20.4.	CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio	1572
20.5.	Trabalho escravo contemporâneo	1573
20.6.	Tráfico de pessoas	1577

20.7. Trabalho de pessoas migrantes e refugiadas	1577
21. Aviso-prévio.....	1578
22. Término do Contrato de Trabalho.....	1580
22.1. Dispensa sem justa causa ou arbitrária	1580
22.2. Pedido de demissão	1581
22.3. Distrato (Reforma Trabalhista)	1581
22.4. Justa causa: dispensa por justa causa, rescisão indireta e culpa recíproca	1582
22.5. Demais hipóteses de término do contrato de trabalho	1584
22.5.1. Término do contrato por prazo determinado.....	1584
22.5.2. Força maior.....	1586
22.5.3. Morte do empregador.....	1587
22.5.4. Morte do empregador pessoa física (extinção do estabelecimento)	1587
22.5.5. Morte do empresário individual	1587
22.5.6. Aposentadoria.....	1588
22.5.7. Fato do príncipe ou factum principis (paralisação temporária ou definitiva do trabalho).....	1588
22.6. Dispensa coletiva.....	1588
22.7. Seguro-desemprego	1589
22.8. Homologação das verbas trabalhistas e obrigações decorrentes da extinção do contrato de trabalho	1590
22.9. Quitação anual das obrigações trabalhistas	1593
22.10. Estado de calamidade e legislação de exceção.	1593
23. Prescrição e Decadência	1593
24. Direito coletivo	1596
24.1. Princípios específicos.....	1598
24.2. Organização sindical brasileira.....	1602
24.2.1. Entidades sindicais	1603
24.2.2. Cláusulas e condutas antissindicais.....	1607
24.2.3. Organização interna dos sindicatos	1609
24.2.4. Custeio das entidades sindicais	1610
24.2.5. Entidades sindicais de grau superior	1613
24.2.6. Centrais sindicais.....	1613
24.3. Negociação coletiva (acordos e convenções coletivas de trabalho)	1614
24.3.1. Limites e possibilidade de negociação coletiva no setor público.	1616
24.3.2. Valorização do negociado.....	1616
24.3.3. Vigência dos instrumentos coletivos.....	1619
24.4. Dispensa coletiva e proteção social.....	1621
24.5.1. Comissão de conciliação prévia	1624
24.6. Greve	1626
24.6.1. Greve em serviços essenciais	1630
24.7. Da Representação dos Empregados (Reforma Trabalhista)	1631
25. Convenções, Recomendações e Resoluções da Organização Internacional do Trabalho (OIT)....	1634

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Camila Sabongi

1. Princípios do Processo do Trabalho	1642
---	------

1.1.	Funções dos Princípios	1642
1.2.	Princípios constitucionais.....	1642
1.2.1.	Devido processo legal	1642
1.1.2.	Juiz natural	1642
1.1.3.	Igualdade processual.....	1642
1.1.4.	Inafastabilidade da jurisdição (ou acesso à justiça)	1643
1.1.5.	Contraditório e ampla defesa	1643
1.1.6.	Motivação das decisões judiciais.....	1643
1.1.7.	Publicidade.....	1643
1.1.8.	Duração razoável do processo	1643
1.3.	Princípios específicos do processo do trabalho:	1644
1.1.1.	Princípio da proteção.....	1644
1.1.2.	Princípio da conciliação	1644
1.3.3.	Princípio do jus postulandi	1644
1.1.4.	Princípio da simplicidade	1645
1.1.5.	Princípio da oralidade.....	1645
1.1.6.	Princípio da Irrecorribilidade Imediata das Decisões Interlocutórias	1645
2.	Organização da Justiça do Trabalho	1645
3.	Competência da Justiça do Trabalho.	1647
3.1.	Perpetuação da jurisdição.....	1647
3.2.	Competência originária e derivada.....	1648
3.3.	Regra da Kompetenz-Kompetenz	1648
3.4.	Competência absoluta e relativa	1648
3.4.1.	Competência em razão da pessoa e matéria	1649
3.4.2.	Competência funcional.....	1652
3.4.3.	Competência em razão do lugar	1652
3.4.4.	Critérios de modificação de competência	1653
4.	Partes e procuradores	1653
4.1.	Capacidade processual, representação e assistência	1653
4.2.	<i>Jus postulandi</i>	1655
4.3.	Sucessão processual.....	1655
4.4.	Substituição processual	1655
4.5.	Poderes, deveres e responsabilidades.	1655
3.6.	Custas e Benefício da justiça gratuita.....	1658
4.7.	Honorários Advocatícios e periciais.....	1659
5.	Procedimentos nos dissídios individuais.....	1660
5.1.	Procedimento sumaríssimo	1660
5.2.	Procedimento sumário	1661
5.3.	Procedimento ordinário	1662
6.	Reclamação Trabalhista e petição inicial.....	1662
6.1.	Petição Inicial	1662
6.2.	Desistência da ação	1663
7.	Audiência.....	1663
7.1.	Princípios aplicáveis à audiência.....	1663
7.1.1.	Princípio da publicidade.....	1663
7.1.2.	Princípio da oralidade.....	1663

7.1.3.	Princípio da conciliação	1664
7.1.4.	Princípio da concentração	1664
7.1.5.	Características das audiências	1665
7.1.6.	Atraso ou ausência na audiência	1665
7.1.7.	Apresentação da contestação pelo advogado sozinho	1667
7.1.8.	Gravação da audiência	1667
8.	Respostas do réu	1667
8.1.	Exceções	1667
8.2.	Contestação	1668
8.3.	Reconvenção	1669
9.	Provas no processo do trabalho (fase instrutória)	1669
9.1.	Ônus da prova	1670
9.2.	Valoração da prova	1671
9.3.	Prova emprestada	1671
9.4.	Proibição da prova ilícita	1671
9.5.	Meios de prova	1672
9.5.1.	Depoimento pessoal	1672
9.5.2.	Prova documental	1672
9.5.3.	Prova testemunhal	1673
9.5.4.	Inspeção judicial	1674
9.5.5.	Prova pericial	1674
10.	Tutelas provisórias	1675
10.1.	Tutela de urgência	1675
10.2.	Procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente	1676
10.3.	Procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente	1676
10.4.	Tutela da evidência	1677
11.	Sentença (julgamento da ação)	1678
11.1.	Cosa julgada	1679
12.	Recursos no processo do trabalho	1680
12.1.	Pressupostos de admissibilidade	1680
12.1.1.	Cabimento	1680
12.1.2.	Legitimidade para recorrer	1681
12.1.3.	Interesse de recorrer	1681
12.1.4.	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer	1681
12.1.5.	Tempestividade	1682
12.1.6.	Representação	1682
12.1.7.	Preparo	1683
12.2.	Juízo de admissibilidade	1684
12.3.	Efeitos recursais	1685
12.4.	Recursos em espécie	1685
12.4.1.	Recurso ordinário	1685
12.4.2.	Embargos de Declaração	1686
12.4.3.	Agravo de Petição	1688
12.4.4.	Agravo de instrumento	1689
12.4.5.	Recurso de Revista	1689
12.4.6.	Embargos no TST	1691

12.4.7.	Recurso Extraordinário	1692
12.4.8.	Agravo regimental	1693
12.4.9.	Recurso adesivo	1693
13.	Liquidação	1694
14.	Execução trabalhista	1695
14.1.	Princípios da execução	1695
14.2.	Títulos executivos	1696
14.3.	Legitimidade ativa e passiva	1696
14.4.	Competência	1697
14.5.	Modalidades da execução	1697
14.6.	Citação	1698
14.7.	Medidas executivas indiretas	1698
14.8.	Nomeação de bens	1699
14.9.	Penhora	1699
14.10.	Prescrição intercorrente	1702
14.11.	Embargos à execução	1702
14.12.	Exceção de pré-executividade	1705
14.13.	Embargos de terceiro	1705
14.14.	Desconsideração da personalidade jurídica	1706
14.15.	Responsabilidade sócio retirante	1707
14.16.	Grupo econômico	1707
14.17.	Fraude contra credores	1707
14.18.	Fraude à execução	1708
14.19.	Expropriação de bens	1708
14.19.1.	Adjudicação	1708
14.19.2.	Arrematação	1709
14.20.	Remição da execução	1710
14.21.	Extinção da execução	1710
15.	Atuação do Ministério Público do Trabalho	1710
15.1.	Intervenção do Ministério Público do Trabalho na qualidade de fiscal da lei	1711
15.2.	Atuação extrajudicial do Ministério Público do Trabalho	1711
15.2.1.	Das recomendações	1712
15.2.2.	Termo de Ajuste de Conduta (TAC)	1712
15.3.	Atuação do Ministério Público do Trabalho como autor de ações	1713
16.	Microsistema de tutela coletiva	1714
16.1.	Ação Civil Pública e Ação Civil Coletiva	1714
16.2.	Tutelas coletivas na Justiça do Trabalho: inibitória e reparatória	1717
16.3.	Dano moral Coletivo	1717
17.	Ação Anulatória de normas coletivas e de autos de infração	1717
17.1.	Ação anulatória de normas coletivas	1717
17.2.	Ação anulatória de autos de Infração	1717
18.	Ação rescisória no processo do trabalho	1718
19.	Mandado de segurança no processo do trabalho	1721
19.1.	Mandado de Segurança coletivo	1723
20.	Ação de Consignação em Pagamento no Processo do Trabalho	1723
21.	Homologação de Transação Extrajudicial	1724

22. Dissídios coletivos	1724
22.1. Coisa julgada	1725
22.2. Ação de Cumprimento	1726
23. Reclamação constitucional	1726
24. Conciliação, Mediação e Arbitragem.....	1727
25. Prerrogativas processuais da Fazenda Pública em juízo	1727
26. Prescrição e decadência no processo do trabalho	1728